

ATA DA 166ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a 166ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº 118/2020.

Conselheiros presentes: Leandro César Pereira (SMOBI), Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Aurora Pederzoli (SLU), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES), Rosemary Fernandes da Silva (Associação de Moradores do Bairro Buritis), Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA), Regina Andréa Martins (CAU-MG), Cláudio Jorge Cançado (FJP) e Nilo de Oliveira Nascimento (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Marcos Ferreira de Souza (SUDECAP), Isaac Henrique de Medeiros (SMPU), Thaysa Drummond Martins (SMSA), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG) e Célia de Fátima Machado (FJP) .

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião informando o ponto de pauta: Apresentação, pela SUPLAN, da Proposta de Implantação do Parque Aterro – BR040.

A palavra foi repassada ao palestrante e Assessor Especial na Subsecretaria de Planejamento Urbano (SUPLAN), Guilherme Lana Pimenta, que procedeu a apresentação.

O palestrante informou que Belo Horizonte, como todo grande centro urbano, enfrenta desafios relacionados às elevadas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e às mudanças climáticas, o que motiva a apresentação do antigo Aterro Sanitário de Belo Horizonte - a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTRS) da BR - 040 - como área objeto para o desenvolvimento de propostas para a implantação de um novo parque urbano: o Parque Aterro.

O local, que recebeu 23,9 milhões de toneladas de resíduos ao longo dos anos, continua emitindo gases de efeito estufa mesmo após sua desativação em 2007. A criação do parque visa recuperar ambientalmente a área, transformando-a em um espaço de lazer e aumentando as áreas verdes do Município, o que contribui para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e redução do impacto ambiental.

A CTRS está localizada na Regional Noroeste, circundada pelos bairros Glória, Novo Glória, Pindorama, Conjunto Califórnia, Conjunto Califórnia II e Álvaro Camargos. Foi inaugurada em 1975, operando por mais de três décadas. A área, inicialmente composta por quatro glebas de antigas fazendas, recebeu, ao longo do tempo, outras atividades como o plantio de árvores, a instalação de unidades de educação ambiental e o desenvolvimento de pesquisas científicas com universidades.

Apesar dos esforços para minimizar os impactos, a operação do aterro causou transtornos para a população do entorno. Após o encerramento das atividades de aterramento (2007), foi feita a captação e o beneficiamento do gás gerado no interior das áreas de aterramento e o local passou a ser monitorado continuamente. Em 2019, o Plano Diretor de Belo Horizonte classificou a área como Preservação Ambiental 1, reconhecendo seu potencial para abrigar equipamentos urbanos de uso coletivo, por meio de sua recuperação.

O entorno da CTRS BR-040 abriga uma população diversificada, com bairros populosos como Pindorama e Glória, além de áreas com alta densidade demográfica, como as vilas e favelas lindeiras. A maioria da população local apresenta alta vulnerabilidade social e baixa renda per capita, com uma presença significativa de jovens. A falta de equipamentos públicos de lazer destaca a importância da criação de um parque urbano na área.

O parque urbano proposto prevê a utilização de cerca de 32 hectares, contornando a área restrita do maciço onde estão depositados os resíduos. A área foi dividida em 8 subáreas de projeto para possibilitar sua implantação em fases: Mirante, Campos de Futebol, Mata dos Eucaliptos, Área a ser cedida pela MRV, Campos e Praças, Lagoa, Mata dos Coroas e Área lindeira à escola Municipal Oswaldo Pierucetti. A concepção deve considerar a utilização de materiais produzidos na própria CTRS BR-040, como agregados da reciclagem dos resíduos de construção civil, na pavimentação dos caminhos, e cavacos provenientes das podas de árvores da cidade, no paisagismo.

Dando continuidade, o palestrante contextualizou sobre a C40 (Climate Leader Group). Trata-se de uma rede de prefeitos de quase 100 cidades líderes mundiais que colaboram para promover as ações urgentes necessárias para enfrentamento da crise climática. A C40, que representa mais de 700 milhões de pessoas e um quarto da economia global, fez contato com a PBH no ano passado e apresentou um de seus programas, denominado *Reinventing Cities*. Trata-se de um concurso global que visa estimular o desenvolvimento sustentável e soluções inovadoras para os desafios ambientais e urbanos. A ideia é criar um espaço onde as cidades e o setor privado possam colaborar para a regeneração urbana com zero emissão de carbono, através do enfrentamento aos desafios das mudanças climáticas, convidando profissionais criativos do mundo inteiro a transformarem os locais urbanos subutilizados em projetos sustentáveis e voltados para a comunidade. O objetivo deste Concurso Internacional é a escolha de um Estudo Técnico Preliminar para a implantação do Parque Aterro. A escolha do Parque Aterro se deu por ser a maior infraestrutura verde a ser criada dentro do Município, um passivo ambiental que representa um impacto significativo no contexto de mudanças climáticas. A proposta teve uma aderência perfeita e, desde o ano passado, a equipe da PBH está trabalhando com o C40, em parceria com a SLU.

A etapa inicial dessa cooperação com o C40 é o site Requirement, que nada mais é do que a identificação do sítio, demonstrando seu potencial, cada subárea, suas dimensões, para que haja um entendimento para o organismo internacional de que o local preenche os requisitos necessários para sua inserção na política do *Reinventing Cities*. Trata-se de uma oportunidade única para Belo Horizonte, que é uma das cidades da região Sudeste que ainda não integra o C40. Entretanto, a forma como o Município tem enxergado a questão ambiental e as questões climáticas e o arcabouço que tem de legislação, como Plano Diretor, Plano Municipal de Mudanças Climáticas, Comitê Municipal de Mudanças Climáticas, as ecoeficiências, os inventários, o Plano de Ação Climática e o Plano de Redução de Gás de Efeito Estufa, vêm sendo notadas. Isso tudo demonstra, para o organismo internacional, que o Município está preparado para assumir esse tipo de cooperação.

O vencedor do concurso receberá um prêmio em dinheiro e um contrato para desenvolver o projeto executivo, que será convertido, posteriormente, em obra de implantação do próprio parque. O projeto deverá prever: estruturas de apoio aos campos de futebol existentes; playgrounds; mirantes; espaços de descanso, convivência e apreciação da paisagem; conexões com o sistema viário existente; requalificação das áreas verdes e trilhas interpretativas. Como o concurso abrange a elaboração do projeto executivo, e a PBH não tem a intenção de engavetar essa iniciativa, foi elaborada uma estimativa de custos de obras e serviços que resultou em valor da ordem de R\$52 milhões. Este valor foi inserido na Carta Consulta do Programa BH Verde e Azul, aprovada no ano passado pela COFIEIX. A estimativa de valor do projeto executivo, da ordem de R\$2 milhões, foi apresentada à equipe do C40 e validado por ela.

O palestrante ressaltou ainda que esses valores resultam de uma estimativa de custos da proposta preliminar da implantação do Parque Aterro do setor mirante. Essa estimativa observou os custos, os ativos do estudo preliminar, a planilha de preços da Sudecap, outros projetos de referência desenvolvidos pela PBH e o valor do metro quadrado de execução desse setor, extrapolando para os demais setores e chegando ao valor global. O valor estimado do projeto executivo foi de 4% do valor de execução da obra. O concurso custeará as premiações de primeiro e segundo lugares e a contratação do projeto executivo.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

A conselheira e representante da Associação Pró-Pampulha, Rosemary Fernandes, perguntou quais são os prêmios do concurso.

Em resposta, o palestrante informou que os prêmios financeiros serão de 200 mil reais para o primeiro lugar, 100 mil reais para o segundo lugar e 50 mil reais para o terceiro lugar. Além disso, o primeiro colocado será contratado para execução do projeto executivo.

O conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, perguntou se houve participação popular na construção da proposta do Parque Aterro e se os custos apresentados contemplam as etapas de operação e manutenção.

Em resposta, o palestrante informou que a concepção do parque foi executiva, envolvendo apenas os órgãos afins, não tendo sido realizada nenhuma etapa participativa com a comunidade do entorno. Em relação à

planilha, o palestrante esclareceu que a mesma contempla os valores de obras e serviços de implantação do parque. Com relação à gestão, a expectativa é de que o Parque Aterro seja incorporado à rotina de manutenção e de gestão dos parques municipais.

A conselheira e representante da SLU, Aurora Pederzoli, informou que fez parte da elaboração do Plano de Manejo, iniciado em 2017. Historicamente, houve movimentos da sociedade para que o equipamento saísse dali. Mas também houve algumas iniciativas da sociedade organizada, em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, de se desenvolver atividades de esportes no entorno do equipamento. Apesar de ser uma área muito grande, que já teve várias tentativas de ocupação, era sabido que, por segurança, a área do equipamento não poderia ser ocupada. Então, quando o Plano de Manejo foi concluído, ele foi apresentado à comunidade do entorno. A grande luta sempre foi buscar recursos do Município para garantir o custo de operação. Assim, a grande área do aterro foi subdividida em três áreas com focos específicos. Além da proposta do Parque Aterro, temos a proposta de implantação de células fotovoltaicas para aproveitamento energético no local, visto a necessidade de continuar monitorando o maciço por um longo período. Além disso, pretendemos recuperar a sede operacional da SLU, que é um prédio histórico cuja intenção é transformá-lo num museu interativo que conte a história do trabalho de mais de 50 anos desenvolvido pela SLU, tornando-se mais um ponto turístico para Belo Horizonte. Dentro dessa ideia, estamos chamando a região que fica em volta da nossa sede administrativa de parque de reciclagem, pois temos ali uma usina de reciclagem de resíduos de construção civil e também um parque de compostagem. Queremos buscar outras tecnologias e viabilizar uma outra parceria que gere recursos para operação, tornando-se um exemplo para outras cidades do Brasil, concluiu a Conselheira.

O representante da SLU, Pedro Heller, complementando, informou que houve participação popular na época do licenciamento ambiental e cumprimento das condicionantes, quando as medidas compensatórias levaram à implantação dos campos de futebol no entorno.

A conselheira e representante do CAU-MG, Regina Martins, perguntou sobre as possibilidades para a área restrita do aterro e se o Plano de Manejo já foi elaborado para toda área. Perguntou, ainda, quando acontecerá o concurso e como será feita a gestão do mesmo.

O conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, reforçou a importância da participação popular no processo de tomada de decisão, para tirar da PBH o caráter de imposição de uma alternativa à população.

Em resposta ao conselheiro Alex Aguiar, o palestrante reconheceu a importância da consulta pública à população e afirmou que essas colocações serão observadas. Em resposta à conselheira Regina Martins, informou que a previsão é de que o concurso seja lançado até o final do mês de abril. Com relação à gestão do concurso e comissão julgadora, o processo está sendo construído juntamente com o C40.

O representante da SLU, Pedro Heller, complementando, informou que, dentro da área restrita do maciço, existem restrições e impedimentos de plantio além da vegetação rasteira, sob o risco de incentivar a decomposição que já está alcançando a estabilidade dos resíduos.

O conselheiro e representante da SUDECAP, Marcos Ferreira, informou que a SUDECAP desenvolveu um projeto de drenagem de todo o aterro e de impermeabilização da célula de resíduos de saúde, que poderá ser compatibilizado com a proposta do Projeto.

O conselheiro e representante da SMPU, Isaac Medeiros, considerou a importância do projeto na redução da desigualdade de distribuição de área verde per capita na Regional Noroeste. Destacou ainda a importância de utilização das diretrizes do Plano Diretor no projeto, lembrando que as conexões verdes são um instrumento importante que poderá ser adotado.

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, enfatizando a importância do projeto, solicitou à conselheira Aurora Pederzoli, representante da SLU, que, no futuro, compartilhe com o COMUSA, as atualizações em relação ao processo.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.